

PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: UMA PROFISSÃO EM VIAS DE EXTINÇÃO

Há 20 anos a carreira de professor do ensino superior público era minimamente atraente no que diz respeito à remuneração salarial. Quando um docente entrava na carreira, este iria auferir pouco mais do que o salário de um quadro médio em Portugal. Ao fim de três anos de serviço, o docente passava a ter um aumento que o colocava ligeiramente acima da remuneração de um quadro superior, o que achamos justo já que os docentes do ensino superior têm uma profissão altamente especializada, pois estudam durante um tempo acima da média do que qualquer carreira do país – é obrigatório obter um doutoramento para o exercício da profissão. Até há uns anos, esse esforço foi sempre recompensado porque o docente sabia que podia chegar aos trinta anos com um salário que rondaria os 1850 euros (a preços actuais), o que permitia ter uma sensação de segurança e estabilidade na sua vida.

É, portanto, um facto que é das carreiras mais bem remuneradas da função pública (em tempos a par com os juízes – mas estes descolaram há muitos anos), contudo, é também a mais exigente – são precisos seis anos consecutivos com avaliação de “Excelente” para se progredir! Apesar de tudo isto, a carreira com os recursos humanos mais qualificados do país tem vindo a enfrentar uma enorme depreciação dos salários, das mais fortes de qualquer outra carreira da Administração Pública.

Os próximos parágrafos mostrarão como isto é verdade.

Até 2010 esta remuneração foi acompanhando a inflação, pelo que as expectativas dos docentes que haviam ingressado nesta carreira continuavam a ser cumpridas. Porém, em 2011, o Estado português teve de solicitar uma ajuda externa de assistência financeira, sob pena de deixar de honrar os seus compromissos. Como qualquer credor, para emprestar dinheiro, a Tróica pretendeu ter algumas garantias de que ia obter o valor de volta. E, entre várias medidas, os salários de toda a função pública sofreram cortes. No caso da carreira especial dos docentes do ensino superior, eles baixaram mais de um quarto do seu valor real. Em 2015, os docentes do ensino superior ganhavam cerca de 75% do que ganhavam em 2004 (ver Figura 1).

Remunerações

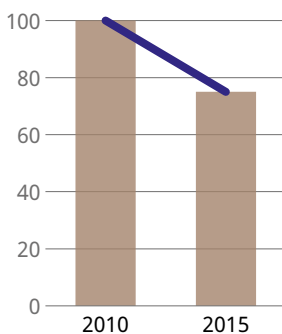


Fig. 1 – Evolução das remunerações dos docentes 2010-2015, a preços actuais



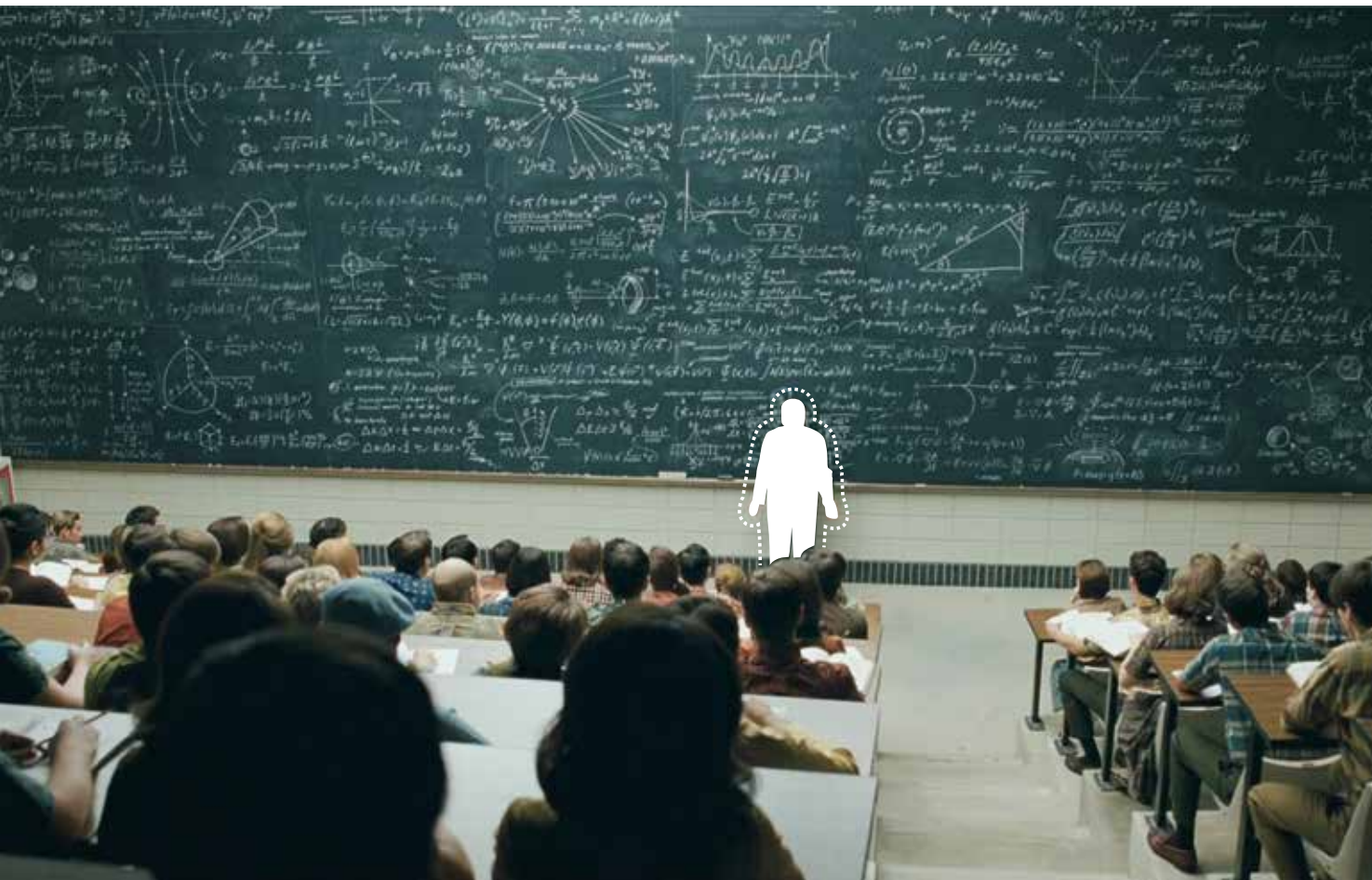
ISABEL RODRIGUES
MESTRE EM GESTÃO
DAS ORGANIZAÇÕES



MÁRIO QUEIRÓS
DOUTOR EM ECONOMIA
- POLITÉCNICO DO
PORTO



MARIANA CURADO MALTA
DOUTORA EM
TECNOLOGIAS E SISTEMAS
DE INFORMAÇÃO -
UNIVERSIDADE DO PORTO
DIRIGENTE DO SNESUP



Felizmente, o nosso credor deixou de impor medidas de restrição à actividade do Estado três anos depois de ter sido chamado: em meados de 2014 pudemos passar a escrever sozinhos o nosso destino. E o Executivo que tomou posse em 2015 cumpriu a promessa de aumentar a remuneração dos docentes do ensino superior: passámos em 2016, para 79% do valor que auferíamos em 2004 (mais 5 p.p. comparando com o ano 2015). A esse ritmo, havia a sensação de que ao fim de poucos anos já teríamos recuperado dos cortes impostos pela Tróica e que iríamos voltar a ver as nossas expectativas cumpridas.

Mas isso, de facto, não aconteceu. A partir de 2016 os salários não pararam de descer, e em 2023, verifica-se que a situação piorou, quando comparada com o período das restrições impostas pela assistência financeira da Tróica: o salário dos docentes do ensino superior público caiu para menos de 74% do valor de 2004-2010¹ (ver Figura 2).

Remunerações

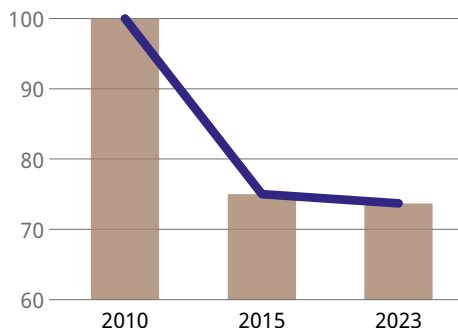


Fig. 2 - Evolução das remunerações dos docentes 2010-2023, a preços actuais

Contudo, esta análise ainda não está completa. Para que isso aconteça temos de acrescentar ainda mais uma variável. De facto, numa Economia de um país, costuma haver ganhos de produtividade que se reflectem nos salários. A melhoria do bem-estar das



1 Esta análise está a comparar salários tendo em conta a inflação. Foi utilizada a variação do IPC publicada pelo INE. Para 2023 foi utilizado o valor previsional da variação do IHPC publicada em 15/11/2023. As médias apresentadas referem-se a uma média aritmética simples de todos os índices remuneratórios.

Remunerações

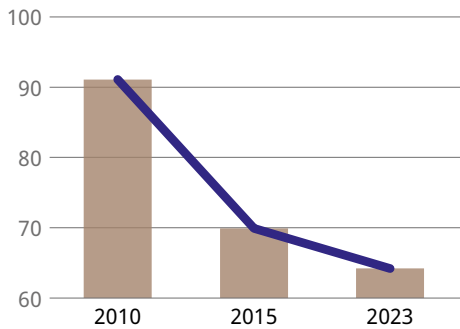


Fig. 3 – Evolução das remunerações dos docentes 2010-2023, actualizadas pela evolução do salário médio

As pessoas não conseguem acompanhar os salários apenas com a inflação. Se assim fosse, estaríamos ao nível pré-revolução industrial ou pior. Ora vejamos: a melhoria da produtividade é diferente de sector para sector; nos sectores onde há mais ganhos de produtividade, os salários podem subir mais; naqueles em que há menos ganhos, tendem a subir menos. Isso faz com que a mão-de-obra se vá deslocando de uns sectores para outros, de uns postos de trabalho para outros, o que leva à extinção de determinados postos de trabalho e até de sectores menos produtivos porque as pessoas optam por trabalhos mais bem remunerados.

Na docência, os ganhos de produtividade são reduzidos. A quantidade de alunos por professor de há 50 anos não pode ser muito diferente da de hoje, com a excepção de algumas formações online pontuais. No entanto, isto não invalida que os docentes não possam ter aumentos salariais de acordo com os ganhos de produtividade

da Economia e que estes aumentos de produtividade se vão reflectindo na evolução dos salários pagos.

Vamos então aplicar esta metodologia à nossa análise e apresentar as conclusões desses cálculos nos próximos parágrafos.

Em 2023, os docentes do ensino superior têm uma remuneração inferior a dois terços do que deveriam ter² (ver Figura 3). Mesmo considerando a actualização salarial prevista para 2024, seria preciso um aumento de 50% no salário líquido para que a sua remuneração acompanhasse a evolução dos ganhos salariais médios da economia portuguesa desde 2004. Que aliás, ainda são dos mais baixos da Europa. Para além disso, uma vez que os funcionários públicos têm um grande peso no total de activos, se estivéssemos a considerar a evolução dos salários sem os salários da função pública, é certo que o salário médio teria aumentado mais, tornando o cálculo da perda ainda maior.

Os postos de trabalho que têm ganhos salariais superiores, vão atraindo mão-de-obra qualificada. A mão-de-obra menos qualificada vai aceitando os postos de trabalho com ganhos salariais inferiores (ou perdas salariais). No ensino superior, não só não tem havido ganhos salariais, como tem havido perdas salariais. Evidentemente que os bons

profissionais procuram outros postos de trabalho internamente, mas também no estrangeiro. E o que temos vindo a assistir é à dificuldade de preenchimento das vagas deixadas por colegas que se aposentam, porque simplesmente a essa mão-de-obra altamente qualificada não lhe interessa ficar com os salários pagos pelo Es-

Para que se possa ir tapando os buracos de falta de mão-de-obra nas instituições, sobrecarregam-se os que ainda resistem e contratam-se avulso docentes sem vínculo.

tado Português, tal é a depreciação que estes salários tiveram nos últimos 20 anos. As aposentações estão a ditar o fim de uma era. Para que se possa ir tapando os buracos de



² Entre 2004 e 2023, o salário médio em Portugal cresceu 63% em termos nominais, enquanto que o salário médio dos índices remuneratórios dos docentes do ensino superior público cresceu 5% em termos nominais: 105/163 = 64%.

falta de mão-de-obra nas instituições, sobrecarregam-se os que ainda resistem e contrata-se avulso docentes sem vínculo. A precariedade está a invadir o ensino superior público e não se vislumbra que venha a haver uma inversão nesta tendência.

À semelhança do que já se passa com outros profissionais qualificados do Estado, os professores do ensino superior público podem estar em vias de extinção. •

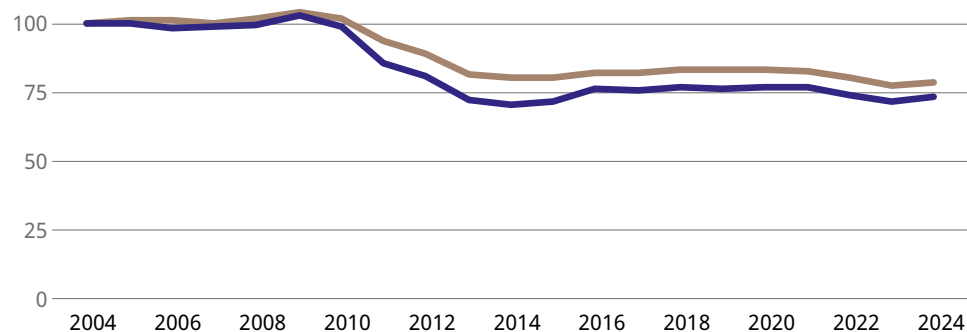
Nota:

1. A análise efectuada neste artigo teve como base o dataset disponibilizado em <https://doi.org/10.25747/Q4Y1-W971>.

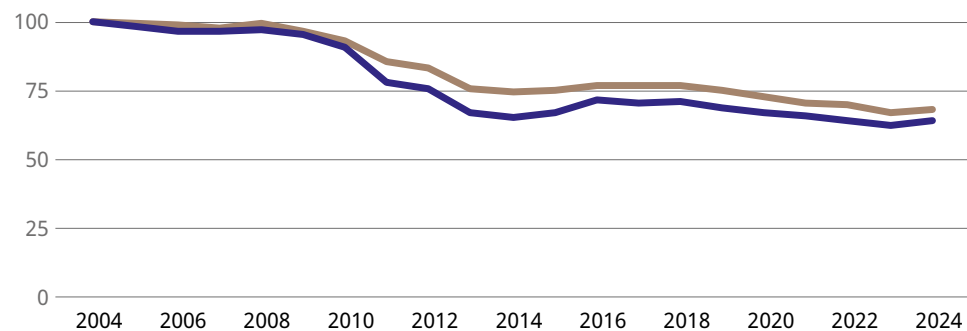
2. Os autores do texto não escrevem segundo as normas do novo Acordo Ortográfico.

APÊNDICES

Evolução dos salários no Ensino Superior (actualizados pela inflação)



Evolução dos salários no Ensino Superior (actualizados pela evolução do salário médio)



Nota: linha vermelha, índice que menos perde (110); linha azul, índice que mais perde (300).